



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1597, QUINTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 2011

## Bancada na Câmara define realização de seminário e reforça defesa do mínimo de R\$ 600

Com a presença de José Serra (leia matéria com o ex-governador de São Paulo no verso) e de 43 dos 52 deputados em exercício pelo PSDB na Câmara, a bancada se reuniu nesta quarta-feira (9) e firmou posição a respeito de temas que serão defendidos pela legenda no Congresso neste início dos trabalhos legislativos. São bandeiras de interesse da população que podem sair do papel sem atrapalhar as contas públicas, como o aumento do salário mínimo para R\$ 600, valor também defendido pelos senadores da legenda.

Além disso, os tucanos cobrarão a revisão da tabela do imposto de renda pelo índice de inflação oficial do ano passado (5,9%) e provocarão o debate sobre a necessidade de alterações nos sistemas político e tributário. “Apontamos clareza no nosso compromisso com as reformas e marcamos um seminário para fazer uma discussão mais detalhada”, anunciou o líder **Duarte Nogueira (SP)**.

Neste encontro, que ainda não tem data ou local marcados, a legenda pretende reunir não somente os parlamentares, mas também ouvir outras lideranças do partido para aprofundar as discussões sobre assuntos estratégicos e unificar o discurso.

*Tucanos da Câmara e do Senado têm a mesma posição sobre o reajuste do piso salarial*

Segundo a imprensa, o governo quer fazer uma manobra para colocar o piso salarial em votação na Câmara já na semana que vem, por meio de um projeto de lei. Essa proposta trataria da política do salário até 2014 e seria enviada ainda esta semana. No texto, também estaria fixado o valor de R\$ 545. O objetivo do Planalto com isso é votar esse projeto antes das medidas provisórias prontas para a pauta, restringindo ao máximo o debate sobre o aumento.

O líder tucano avisou que se a manobra for concretizada, as relações institucionais da Casa ficarão comprometidas, pois o governo Dilma estaria agindo para atropelar as discussões.

Além da defesa das reformas, os tucanos também reclamaram bastante da discriminação do governo do PT com as legendas oposicionistas no que diz respeito à liberação de emendas parlamentares, em uma situação que o líder do PSDB classificou de escandalosa. Reportagem do “Estado de S. Paulo” do dia 7, por exemplo, aponta favorecimento ao PMDB e ao PT na liberação desses recursos. “As emendas parlamentares ficaram ridicularizadas”, condenou o presidente do partido, deputado **Sérgio Guerra (PE)**. A postura do Planalto é bem diferente dos governos do PSDB nos estados, nos quais essa discriminação não ocorre.



### **Duarte Nogueira condena corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento**

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, criticou o contingenciamento de R\$ 50 bilhões no Orçamento de 2011, anunciado nesta quarta-feira (9) pelo governo federal. De acordo com o tucano, o corte orçamentário poderá prejudicar importantes setores do país e só ocorreu porque o governo prefere sacrificar áreas básicas ao invés de reduzir gastos supérfluos. Para Duarte, o corte representa um desrespeito com a sociedade.

“O governo anuncia um congelamento de investimentos, mas não o faz nas atividades-meio: não enxugou ministérios e não cortou cargos de estruturas estatais que estão onerando e pressionando para o aumento de novos impostos. Esse é o resultado de toda essa briga da base aliada por mais cargos, espaços, estatais e cabides de emprego nesse início de governo”, criticou o líder em plenário.

Segundo o deputado, apesar dos esforços e do trabalho do Legislativo para elaborar o Orçamento de 2011, o Planalto realiza o corte sem dar importância às metas previstas na Lei Orçamentária. “Esse corte é um desrespeito com a sociedade brasileira porque

está sendo feito com intensidade em algo que já foi discutido com amplitude no Congresso”, condenou.

O tucano afirmou ainda que os gastos com cartões corporativos triplicaram desde o início do governo Lula. “Os famigerados cartões corporativos não têm prestação de contas. É essa a fatura que a sociedade brasileira está pagando por ter eleito um governo que não direciona suas ações e energia para uma boa relação institucional: respeitar o Congresso na sua tarefa legislativa de votar o Orçamento e alocar recursos em todos os estados e municípios”, destacou.

Contraopondo o corte anunciado pelo Planalto, o parlamentar afirmou que o PSDB tem realizado os investimentos necessários nos estados em que governa. Em São Paulo, o tucano lembra que Geraldo Alckmin anunciou as novas faixas regionais do salário mínimo no estado que serão de R\$ 600 a R\$ 620. Em Minas Gerais, Duarte destaca que o governador Antonio Anastasia tem realizado investimentos em massa na área social. “Não há melhor política pública do que aplicar, de maneira eficiente, os impostos que a população recolhe”, concluiu.



## Aos deputados, Serra prega oposição unida e monitoramento das ações do governo

Respaldados por mais de 43,7 milhões de votos nas eleições presidenciais, à frente de governos de estados onde residem mais da metade da população e com dezenas de representantes no Parlamento, os partidos oposicionistas têm absoluta representatividade para lutar por suas bandeiras. A avaliação foi feita nesta quarta-feira (9) por José Serra durante a reunião da bancada do PSDB na Câmara. Para o ex-governador de São Paulo, este vasto segmento do eleitorado espera uma atuação em defesa das propostas e princípios apresentados na campanha.

Em sua fala, o tucano propôs aos deputados que se dividam em grupos de acordo com suas formações e experiências. Este formato permitiria à oposição acompanhar as ações de governo mais de perto e cobrar sempre que necessário. De acordo com Serra, esse trabalho é fundamental, pois não faltam exemplos de ações dos governos Lula-Dilma que necessitam de explicações e de monitoramento.

“É um escândalo o que é colocado no Orçamento para assistência a portadores de deficiência e o que é efetivamente executado, por exemplo. É preciso estar em cima de assuntos como esse”, disse. Para Serra, além de cobrar, as legendas de oposição devem levar suas bandeiras à sociedade e se manifestar sobre os assuntos em pauta na agenda pública.

O tucano apontou uma série de temas com o DNA dos governos Lula e Dilma que devem ser cobrados e acompanhados: promessas descumpridas de aprovar as reformas

política e tributária, colapso no sistema elétrico por falta de investimentos, promessa de não injetar recursos públicos no trem-bala, metas descumpridas nos programas habitacionais, loteamento político de órgãos como a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), descaso com a educação e a saúde, juro estratosféricos sem necessidade, maquiagem das contas governamentais e colapso da infraestrutura são apenas alguns exemplos.

O ex-governador lembrou ainda que durante sua gestão em São Paulo até os parlamentares que faziam oposição mais radical ao seu governo tinham suas emendas respeitadas. O mesmo comportamento foi adotado pelo tucano à frente do Ministério da Saúde. No entanto, com os governos Lula e Dilma, a base aliada é privilegiada. “É desmoralizante para o Congresso que as emendas sejam objeto de discriminação e de manipulação política. Deve haver maior isonomia nas questões parlamentares”, cobrou o tucano, que seguiu para o Senado após a reunião na Câmara.

Segundo o presidente do PSDB, deputado **Sérgio Guerra (PE)**, as reuniões de Serra com deputados e senadores foram produtivas. “Tanto na Câmara como no Senado o partido se uniu em torno da proposta do salário mínimo de R\$ 600, que foi defendida por José Serra na campanha”, lembrou. De acordo com o líder tucano no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, no encontro com o ex-governador foram discutidos temas de interesse da oposição, como o reajuste do piso salarial e a reforma política.  

### Macris consegue assinaturas para instalar CPI que investigará o consumo abusivo de álcool

O deputado **Vanderlei Macris (SP)** conseguiu as assinaturas necessárias para a criação da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) desta 54ª Legislatura. Segundo o tucano, o objetivo é investigar as causas e as consequências do consumo abusivo de álcool entre os brasileiros e, especialmente, determinar as razões que aumentaram o consumo da substância nos últimos cinco anos. O deputado conseguiu 194 apoios, 23 a mais do que o exigido pelo regimento interno da Casa, e deu entrada no pedido de abertura da CPI nesta quarta-feira (9).

Segundo Macris, dados do Centro de Referência em Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod) revelam que 40% dos jovens brasileiros a partir dos 11 anos já tiveram ou têm hábito de consumir álcool. “O problema é sério. É uma droga lícita para a qual não se tem programas, nem projetos

ou políticas públicas para tratar da questão”, justificou.

Para o deputado, o consumo sem controle do álcool constrói uma sociedade doente de maneira imperceptível, pois o uso é aceito socialmente ao contrário de outras drogas. “Quem não tem alguém na família ou um amigo com problema de alcoolismo? Quantos crimes são praticados baseados no excesso do uso de álcool? Quantos problemas temos em relação ao álcool quando se pensa na juventude?”, questionou.

Macris pretende criar um banco de dados, especialmente sobre a questão da prevenção, e propor a redução dos comerciais de bebidas com álcool durante os trabalhos da comissão de inquérito. “Muitos jovens atuam nessa direção também por causa das propagandas de bebidas alcoólicas. Muito pode ser feito para amenizar esse problema”, resumiu.  

**40%**  
dos jovens brasileiros a partir dos 11 anos já consumiram bebidas alcoólicas

#### Leia também em nosso blog:

- Tucanos criticam paralisia do Planalto diante do aumento dos preços
- Inflação está voltando a ser um problema cotidiano no país, alerta ITV
- Após participar da posse da direção do Sebrae, governador de MG visita parlamentares no Congresso
- PSDB e Minoria contestam mérito de MP aprovada pela Câmara
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Rogério Marinho (RN), Vaz de Lima (SP) e Marcus Pestana (MG) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Flexa Ribeiro (PA)
- Direto do Plenário, com o deputado Luiz Fernando Machado (SP) e o senador Mário Couto (PA)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: [diariotucano@camara.gov.br](mailto:diariotucano@camara.gov.br) Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>